

## OFÍCIO-CIRCULAR

Ofício-Circular n.º 24/2019

DATA 03/12/2019

DGAJ/

**Assunto:** Eleição de Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça  
Voto por correspondência

Por deliberação do Plenário do Conselho dos Oficiais de Justiça, de 12 de setembro de 2019, foi designado o dia 27 de janeiro de 2020 para a eleição de Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça, conforme Despacho n.º 9369 /2019, publicado no Diário da República, 2.ª Serie, n.º 200, de 17 de outubro, dando-se, assim, início ao processo eleitoral a que se referem os artigos n.º 102.º, n.º 1, e n.º 103.º, n.º 3, ambos do Dec. Lei n.º 343/99, de 26 de agosto.

Importa, assim, que sejam tomadas as providências necessárias, por parte dos que estão, direta ou indiretamente, envolvidos neste processo eleitoral.

Relativamente ao voto por correspondência, nos termos do art.º 24.º, n.º 3, do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça (Regulamento n.º 20/2001), cabe aos Serviços onde os oficiais de justiça exercem funções fornecer os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência.

Com efeito, devem os senhores Administradores Judiciários, ou quem legalmente os substituir, proceder do seguinte modo:

- Disponibilizar/Fornecer os envelopes (brancos) para o exercício do direito de voto por correspondência;
- Entregar esses envelopes juntamente com os boletins de voto, oportunamente enviados pelo Conselho dos Oficiais de Justiça, aos oficiais de justiça que exerçam funções na Secretaria do Tribunal Judicial ou nos Serviços do Ministério Público.
- Remeter ao Conselho dos Oficiais de Justiça os envelopes com os respetivos votos, observando rigorosamente o disposto nos artigos n.º 24.º e n.º 25.º do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça, disponível em <http://coj.justica.gov.pt>

Chama-se a especial atenção para o disposto no art.º 24.º, n.ºs 1 e 2 do RECOJ:

«Artigo 24.º

**Regime de votação**

1 — A deslocação de eleitores para o exercício presencial do direito de voto faz-se sempre sem dispêndio para a Fazenda Nacional.

2 — A votação por correspondência deverá corresponder às seguintes regras:

a) Os eleitores encerrarão o boletim de voto num sobrescrito branco, sem quaisquer dizeres exteriores;

b) O sobrescrito referido na alínea a) será encerrado num outro sobrescrito colado, em que se incluirá um documento com a identificação do votante e a sua assinatura reconhecida por notário ou autenticada com o selo branco do tribunal ou do departamento em que presta serviço;

c) O sobrescrito referido na alínea b) deve ser individual, não podendo ser enviados vários sobrescritos com os boletins de voto num único sobrescrito exterior, ainda que registado;

d) Os sobrescritos são enviados pelo correio, sob registo, para o presidente da assembleia de voto, Conselho dos Oficiais de Justiça, Av. D. João II, n.º 1.08.01 D/E — Edifício H — Piso 9.º, 1990-097 Lisboa;

e) No Conselho dos Oficiais de Justiça organizar-se-á um protocolo de entrada, em que será anotada a correspondência recebida, através do número de registo e, existindo tal menção, do nome do remetente.

3 — Caberá aos respetivos serviços fornecer os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência.»

Deverá o senhor Administrador Judiciário, ou quem legalmente o substituir, dar conhecimento aos senhores oficiais de justiça da Secretaria do Tribunal Judicial ou dos Serviços do Ministério Público que o presente ofício-circular se encontra disponível para consulta na página eletrónica da DGAJ.

Lisboa, 02 de dezembro de 2019

A Diretora-geral,

  
(Isabel Matos Namora)

LM